**CONDIÇÕES GERAIS DE VENDA
E DE ENTREGA (CGVE)
DA AQIPA DISTRIBUTION PORTUGAL, UNIPESSOAL LDA (AQIPA)**

**ARTIGO 1.º
ÂMBITO DE APLICAÇÃO**

- 1.1 As presentes Condições Gerais de Venda e de Entrega (CGVE) são aplicáveis a todas as vendas entre a AQIPA e o seu parceiro comercial. Fica expressamente acordado que as presentes CGVE excluem quaisquer acordos particulares ou eventuais condições gerais de contratação que o parceiro comercial aplique às suas relações comerciais. Quaisquer divergências, alterações ou aditamentos às presentes CGVE que sejam especificamente acordadas entre a AQIPA e o seu parceiro comercial devem ser sempre efetuadas por escrito e têm de ser confirmados, também por escrito, pela AQIPA.
- 1.2 Até à emissão de uma nova versão das CGVE por parte da AQIPA, as presentes CGVE serão válidas para todos os negócios futuros.

**ARTIGO 2.º
ENCOMENDAS, ENTREGA, RISCO**

- 2.1 Os orçamentos da AQIPA não são vinculativos nem obrigam à venda ou entrega de mercadorias por parte da AQIPA até que o parceiro comercial tenha submetido uma encomenda e a AQIPA a tenha aceite. Após a receção da encomenda pela AQIPA, o parceiro comercial ficará vinculado à mesma por um período de 10 (dez) dias. Considera-se que a AQIPA aceitou a encomenda se, no prazo acima indicado, a AQIPA confirmar por escrito a sua aceitação ou efetuar a entrega da mercadoria.

O parceiro comercial está vinculado às encomendas que efetuar à AQIPA durante o período de 10 (dez) dias a partir da receção da encomenda pela AQIPA. Durante o referido período, os bens podem ser vendidos a terceiros.

As medidas, os pesos, as imagens, as descrições e similares indicados nos catálogos, brochuras e outros documentos da AQIPA ou na Internet são especificações aproximadas; todas as indicações são feitas sem garantia de precisão.

Durante o período entre a encomenda e a entrega da mercadoria pedida pelo parceiro comercial, esta pode estar sujeita a alterações devido a melhorias técnicas ou a requisitos legais.

O parceiro comercial deve aceitar as referidas alterações, salvo se as mesmas implicarem uma mudança muito onerosa para o parceiro comercial.

À exceção das confirmações de encomendas por escrito, a AQIPA não é obrigada a informar o parceiro comercial por iniciativa própria sobre alterações à mercadoria.

- 2.2 Se a confirmação da encomenda enviada pela AQIPA for diferente da encomenda do parceiro comercial, o parceiro comercial deverá expressar o seu desacordo por escrito no prazo máximo de 7 (sete) dias consecutivos a contar da receção da confirmação da encomenda. Caso contrário, o contrato será formalizado nas condições e características detalhadas na confirmação da encomenda.
- 2.3 Salvo acordo expresso em contrário, a mercadoria será considerada como tendo sido comprada “na fábrica” (EXW – Incoterms 2010®). A AQIPA, por opção sua, colocará a mercadoria à disposição do parceiro comercial, na sua sede em 08908 Hospitalet de Llobregat (Barcelona) ou numa das suas sucursais ou empresas associadas. A entrega será considerada como tendo sido efetuada sempre nos locais mencionados.
- 2.4 A entrega será sempre efetuada por conta e risco do parceiro comercial. O parceiro comercial assume o risco da entrega, inclusivamente se a AQIPA concordar excepcionalmente em assumir os custos da mesma. Salvo acordo expresso em contrário, a AQIPA determina os meios e o itinerário de entrega. Serão permitidas entregas parciais por parte da AQIPA.
- 2.5 Se a mercadoria for enviada, o risco passa para o parceiro comercial logo que a remessa seja entregue ao transportador. Se ocorrer um atraso na expedição da encomenda por razão imputável ao parceiro comercial, o risco passa para o referido parceiro comercial quando a mercadoria estiver pronta para expedição. Se tiver sido acordado que o parceiro comercial irá efetuar a recolha da mercadoria, o risco será transferido para o parceiro comercial após ter passado o período para a recolha ou a data de recolha acordada.
- 2.6 Os prazos indicados pela AQIPA são indicativos e não vinculativos. A AQIPA deverá agir com a máxima diligência para a entrega atempada das mercadorias,

mas não se responsabilizará por atrasos devidos a causas que não dependem da sua vontade, causas de força-maior ou que sejam imputáveis ao parceiro comercial.

No caso de ocorrerem acontecimentos alheios à vontade da AQIPA, tais como greves, perturbações da ordem pública, lockouts, paralisação total ou parcial da fábrica fornecedora, guerra, desastres naturais, interrupções do serviço elétrico ou cortes que afetem a AQIPA ou os seus fornecedores, intervenções administrativas ou em casos de força-maior, o prazo de entrega será interrompido enquanto dure o acontecimento e as repercussões de tal evento não sejam eliminadas.

Se algum dos referidos acontecimentos tiver uma duração igual ou superior a 3 (três) meses, a AQIPA ou o parceiro comercial terá o direito de rescindir o contrato sem ter de indemnizar a outra parte por esse motivo.

- 2.7 Se as partes tiverem acordado especificamente um prazo estabelecido para a entrega da mercadoria por parte da AQIPA, não será considerado que a mesma está em situação de incumprimento até que o parceiro comercial tenha notificado a AQIPA da sua reclamação, concedendo-lhe um prazo adicional razoável (de, pelo menos, quatro semanas), e o mesmo tenha voltado a ser infringido.

No âmbito deste ponto o parceiro comercial não poderá rescindir o contrato ou reclamar qualquer indemnização até que a AQIPA incorra em mora.

- 2.8 Salvo acordo expresso em contrário, por escrito, o prazo de entrega começa a contar a partir da data mais tardia de entre as seguintes datas:
- a) Data da confirmação do pedido
 - b) Data de cumprimento de todos os requisitos técnicos, comerciais e financeiros por parte do parceiro comercial
 - c) Data em que a AQIPA recebe o pagamento por conta a ser feito antes da entrega da mercadoria/ou em que é aberta uma carta de crédito.

- 2.9 As entregas de mercadorias fora da União Europeia requerem um acordo escrito em separado.

ARTIGO 3.º
PREÇOS

- 3.1 Os preços serão incluídos na correspondente lista de preços da AQIPA em vigor. Todos os preços são apresentados sem IVA. Os preços não são vinculativos e podem ser alterados até ao momento da celebração do contrato (Artigo 2.1.). Estes são os preços líquidos a partir das instalações de carregamento especificadas pela AQIPA. Os preços indicados não incluem transporte, embalagem, seguro de transporte ou IVA, os quais serão faturados à parte.
- 3.2 As alterações nos preços de produção/de fábrica/das listas de preços dos fornecedores da AQIPA, autorizam a AQIPA a alterar os seus preços em conformidade, mesmo após a conclusão do contrato ou da encomenda, sempre que o prazo de entrega seja superior a 3 (três) meses a contar da data de celebração do contrato.
- 3.3 Em particular nas relações comerciais continuadas, a AQIPA reserva-se o direito de aceitar encomendas a partir de um valor mínimo e/ou de cobrar sobretaxas a encomendas de pequenas dimensões.
- 3.4 Quaisquer serviços adicionais que tenham sido acordados, tais como a colocação de material publicitário do parceiro comercial ou embalagens especiais, serão faturados à parte.

ARTIGO 4.º
PAGAMENTO

- 4.1 Sem prejuízo de poder ser acordado outro sistema de pagamento, as faturas serão pagas em numerário, sem desconto, após a sua receção, num prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos a contar da data da fatura. A AQIPA tem o direito de condicionar as entregas de mercadoria sujeitas a pagamento antecipado.
- 4.2 Os pagamentos serão considerados como tendo sido efetuados atempadamente quando foram pagos à AQIPA em numerário ou irrevogavelmente creditados na sua conta na data de validade ou antes do final do último dia do prazo de pagamento.
- 4.3 O parceiro comercial irá ocorrer automaticamente em mora e sem aviso prévio após o término do prazo de pagamento.

4.4 Assim que o parceiro comercial estiver em situação de incumprimento, mesmo que seja de um único pagamento, a AQIPA tem o direito de:

- a) Cobrar despesas de cobrança no valor de 40,00 EUR para cada reclamação em separado,
- b) Cobrar todas as despesas relacionadas com as medidas de execução por parte de terceiros (honorários de advogados ou despesas com empresas de cobrança). Estes honorários e despesas serão os habituais e, no caso de existirem honorários resultantes de processos judiciais, na ausência de acordo entre as partes para fixar o seu montante, o órgão judicial deverá ser consultado para o determinar.
- c) Utilizar os pagamentos efetuados de acordo com a seguinte prioridade: em primeiro lugar, para cobrir as despesas acumuladas, em segundo lugar, para cobrir os juros de mora vencidos e, em terceiro lugar, para cobrir o montante em dívida. Fica expressamente acordado que esta prioridade será aplicada mesmo que o parceiro comercial indique, inclusivamente se for por escrito ou nos documentos de pagamento, qual deverá ser o destino do pagamento.
- d) Exigir os juros de mora legais (esta taxa de juros irá aumentar se a AQIPA tiver de pagar uma taxa de juro superior), sem prejuízo do direito de exigir indemnizações por incumprimento mais elevadas,
- e) Prorrogar o prazo de entrega da mercadoria por um período igual ao período de atraso no pagamento. Esta disposição é aplicável aos casos em que, mediante um acordo expresso, o prazo de entrega já tiver começado antes da receção do pagamento integral (ver Artigo 2.7 relativamente ao início do prazo de entrega),
- f) Reter outras entregas,
- g) Exigir o pagamento do preço de compra e venda pendente de pagamento (vencimento antecipado), caso tenha sido acordado que o pagamento do preço de compra e venda seria efetuado em várias prestações,
- h) Rescindir o contrato e exercer os eventuais direitos de indemnização, se o pagamento não for efetuado após um prazo adicional razoável.

4.5 A AQIPA é livre de cobrar ao parceiro comercial todas as despesas incorridas com respeito à obrigação pendente.

4.6 A compensação baseada em reclamações do parceiro contra a AQIPA só será permitida se as referidas reclamações do parceiro comercial tiverem sido

reconhecidas pela AQIPA ou tiverem sido declaradas por decisão judicial transitada em julgado ou em caso de insolvência da AQIPA.

- 4.7 A retenção de pagamentos devido a possíveis reclamações do parceiro contra a AQIPA só será permitida caso existam reclamações do parceiro comercial reconhecidas pela AQIPA ou declaradas por decisão judicial transitada em julgado e em caso de insolvência da AQIPA.

ARTIGO 5.º REPARAÇÃO

- 5.1 O parceiro comercial deverá inspecionar a mercadoria imediatamente após a sua receção. Os defeitos visíveis devem ser comunicados por escrito à AQIPA no prazo de 48 horas. Os defeitos que não seja possível detetar mesmo após um exame meticuloso ou que apareçam posteriormente, ou os defeitos ocultos, deverão ser comunicados à AQIPA por escrito imediatamente e, em qualquer caso, no prazo máximo de 48 horas após serem descobertos. O risco de receção da reclamação por defeitos é suportado pelo parceiro comercial; se a AQIPA não receber a reclamação, esta será considerada como não tendo sido apresentada. Se o parceiro comercial não cumprir com as suas obrigações de examinar e comunicar defeitos no prazo estabelecido, é considerado que a mercadoria foi aceite e que o parceiro comercial deixa de ter direito a reclamar por esse defeito.
- 5.2 Se existir um defeito, a AQIPA terá o direito de escolher entre reparar os referidos defeitos ou de entregar mercadoria sem defeito (entrega de substituição).
- 5.3 O parceiro comercial tem o direito de rescindir o contrato se o defeito for essencial. O parceiro comercial também terá o direito de exigir uma redução do preço de compra e venda se não for possível efetuar a correção do defeito ou devido à incapacidade da AQIPA de corrigir o defeito dentro de um prazo adequado, ou se a AQIPA se recusar a corrigir o defeito ou atrasar a correção do mesmo de forma dolosa.
- 5.4 O parceiro comercial deverá conceder à AQIPA o tempo e a oportunidade adequados para esta efetuar melhorias ou entregas de substituição, caso contrário a AQIPA ficará isenta de responsabilidade por defeitos.
- 5.5 A AQIPA poderá exigir ao parceiro comercial que a peça defeituosa seja enviada a expensas da AQIPA para uma morada indicada pela mesma, ou, a critério da

AQIPA, que o parceiro comercial tenha a peça ou a mercadoria defeituosa pronta e que a AQIPA ou um terceiro contratado pela AQIPA efetue a correção do defeito ou a troca da peça diretamente nas instalações do parceiro comercial.

- 5.6 Não existe direito a reparação de defeitos não essenciais causados por negligência. A existência de defeitos em parte da remessa não conferem o direito de contestação da entrega da restante remessa.
- 5.7 Todas as reivindicações por defeitos, exceto as referentes a danos causados à vida ou a danos causados à integridade moral ou física e à saúde ou decorrentes de negligência grave ou dolo por parte da AQIPA ou dos seus agentes indiretos ou danos patrimoniais extracontratuais, causados na esfera do parceiro comercial ou de terceiros, caducam 6 meses após a entrega da mercadoria. Os direitos de reparação só podem ser exercidos pelo parceiro comercial correspondente. Os direitos de reparação não prejudicam a caducidade da reclamação relativa ao preço de compra e venda.
- 5.8 O desgaste e a deterioração normal da mercadoria não constituem direito de reparação. É feita referência expressa às instruções de utilização, funcionamento, manutenção e limpeza incluídas na mercadoria. A AQIPA não assume qualquer responsabilidade por danos causados pelo manuseamento, utilização, limpeza e/ou manutenção que sejam diferentes dos especificados.
- 5.9 A AQIPA poderá recusar a correção ou a entrega de substituição, desde que o parceiro comercial não tenha cumprido com as suas obrigações de pagamento correspondentes à parte fornecida sem defeitos, caso a parte sem defeitos ou as próprias mercadorias sejam de interesse para o parceiro comercial (por exemplo, utilizáveis de forma independente).
- 5.10 A AQIPA não garante o cumprimento de regras especiais no país de destino.

ARTIGO 6.º **RESPONSABILIDADE, INDEMNIZAÇÃO POR DANOS**

- 6.1 As disposições da legislação relativa à responsabilidade decorrente dos produtos defeituosos são válidas sem restrições.

- 6.2 Qualquer responsabilidade da AQIPA por eventuais danos é excluída por mútuo acordo, desde que a violação das principais obrigações contratuais não seja devida a dolo ou negligência grave por parte da AQIPA ou que o incumprimento seja imputável à ação de terceiros. A presente disposição é especialmente aplicável a danos ulteriores devido a defeitos no artigo e à perda de lucros, sobretudo no caso de uma possível entrega defeituosa ou efetuada com atraso, ou em caso de não entrega da mercadoria. O direito de reparação do parceiro comercial, em conformidade com o Artigo 5, não será afetado. No caso de o incumprimento ser imputável à AQIPA, esta será responsável pelos danos ou pelo reembolso de despesas de acordo com as disposições legais, sem prejuízo do disposto nos pontos seguintes.
- 6.3 A AQIPA não será responsável pelos danos ou o reembolso de despesas em caso de negligência leve. Em especial, a AQIPA não será responsável por perdas de lucros e outras perdas financeiras do parceiro comercial, causadas por negligência leve.
- 6.4 A exclusão de responsabilidade nos termos do parágrafo 6.3 não é aplicável a reclamações decorrentes de uma garantia, de danos causados à vida ou de danos causados à integridade física ou moral ou à saúde das pessoas, de danos patrimoniais extracontratuais, causados na esfera do parceiro comercial ou de terceiros, por não cumprimento definitivo, mora ou cumprimento defeituoso, em caso de dolo ou de culpa grave ou que derivem da legislação relativa à responsabilidade decorrente dos produtos defeituosos ou de reclamações devidas a lesões provocadas pelo incumprimento por negligência leve de obrigações contratuais essenciais. Em caso de incumprimento por negligência leve, se tal for essencial para a boa execução do contrato e cuja observância a outra parte contratante possa razoavelmente confiar (obrigações essenciais), a responsabilidade limitar-se-á à indemnização dos danos típicos previsíveis aquando da celebração do contrato.
- 6.5 A AQIPA não oferece nenhum tipo de garantia ou responsabilidade em caso de alterações arbitrárias dos produtos por parte do parceiro comercial ou de terceiros. Além disso, a AQIPA não oferece quaisquer garantias por defeitos devido à sua incorreta manipulação. Se, nessa medida, a AQIPA tiver a obrigação de indemnizar, esta terá o direito de se eximir de todas as reivindicações, cedendo ao parceiro

comercial todos os direitos que a AQIPA detenha perante uma seguradora de responsabilidade civil.

- 6.6 Na medida em que a responsabilidade da AQIPA seja excluída ou limitada, tal também será aplicável à responsabilidade pessoal dos colaboradores, representantes e agentes indiretos da AQIPA.

ARTIGO 7.º
RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR INCUMPRIMENTO

- 7.1 O parceiro comercial não poderá rescindir o contrato alegando a não execução do serviço ou que o mesmo não foi executado de acordo com o contrato por parte da AQIPA, desde que a AQIPA não seja responsável pelo incumprimento do contrato.
- 7.2 O parágrafo 7.1 não será aplicável se, devido a acordos especiais (por exemplo, acordos fixos), o parceiro comercial tiver o direito de resolução do contrato independentemente da existência de culpa por parte da AQIPA. A secção 7.1 também não será aplicável em caso de defeito das mercadorias. Neste caso, serão aplicáveis as disposições legais relativas ao contrato de compra e venda, salvo se disposto em contrário no presente contrato (ver Artigo 5.º).

ARTIGO 8.º
RESERVA DE PROPRIEDADE

- 8.1 A AQIPA reserva-se a propriedade da mercadoria até ao pagamento integral da mesma. A referida reserva de propriedade também será válida perante o transportador ao qual as mercadorias tenham sido entregues a pedido do parceiro comercial ou por ordem da AQIPA.
- 8.2 O parceiro comercial só poderá revender a mercadoria antes de efetuar o pagamento integral do pedido, mediante solicitação e em conformidade com uma autorização por escrito da AQIPA. O direito de revender será automaticamente revogado se o parceiro comercial estiver em situação de incumprimento ou tiver os pagamentos suspensos. Até que tenha sido efetuado o pagamento integral da mercadoria, o parceiro comercial não terá o direito de fazer quaisquer outras disposições dos bens reservados além das acima mencionadas e, em particular, não terá o direito de penhorar as mercadorias ou de as conceder como garantia. O parceiro comercial deverá evitar intervenções por parte de terceiros sobre mercadoria que seja propriedade da AQIPA, assim como deverá evitar apreensões

de mercadoria sujeita a reserva de propriedade. Tem a obrigação de informar que a AQIPA é o proprietário. O parceiro comercial deverá notificar a AQIPA imediatamente por escrito.

- 8.3 A AQIPA tem o direito de exigir a entrega imediata da mercadoria entregue, mas que ainda não tenha sido paga na totalidade, se o parceiro comercial não cumprir com as suas obrigações de pagamento de forma integral e atempada, ou se for solicitado ou aberto um processo de execução sobre o património do parceiro comercial, assim como no caso de recusa do processo de execução por falta de património para cobrir os custos, ou se o parceiro comercial suspender efetivamente os pagamentos ou contactar os credores para celebrar um acordo extrajudicial.
- 8.4 No caso de revenda antes do pagamento integral da mercadoria (ver Artigo 8.2), o parceiro comercial, ao efetuar o pedido, cede à AQIPA os seus direitos de crédito sobre o preço de compra e venda, assim como todos os créditos que lhe caibam pela revenda, juntamente com os seus direitos acessórios, e registará essa cessão nos seus livros. Os créditos cedidos servem para garantir as reivindicações em conformidade com o Artigo 7.1. A pedido da AQIPA, o parceiro comercial deverá notificar a AQIPA sobre a alienação da mercadoria a terceiros para efeitos do pagamento à AQIPA no prazo de 7 (sete) dias após ter sido obrigado a fazê-lo e dentro do mesmo prazo deverá comunicar à AQIPA todas as informações necessárias para exercer os seus direitos e entregar a documentação necessária. A AQIPA terá sempre o direito de comunicar a cessão a terceiros devedores.
- 8.5 A retirada da mercadoria por parte da AQIPA não é considerada motivo de resolução do contrato, salvo se tal for expressamente acordado por escrito. Em caso de retirada da mercadoria vendida sob reserva de propriedade, a AQIPA reserva-se o direito de exigir uma indemnização por incumprimento. Até o período de reserva de propriedade expirar, o comprador é considerado depositário fiduciário da mercadoria vendida sob reserva de propriedade. As despesas incorridas no exercício dos direitos da AQIPA decorrentes da reserva de propriedade são suportadas pelo comprador.
- 8.6 As apreensões de mercadoria reservada devem ser imediatamente comunicadas à AQIPA, anexando o procedimento de apreensão (cópia).

- 8.7 Caso o parceiro comercial tenha direitos ou ações contra terceiros por danos ou perda de bens que ainda não tenham sido integralmente pagos, o parceiro comercial cederá à AQIPA os seus direitos, reivindicações ou ações para exigir o pagamento dos referidos bens. No caso de os bens terem sido vendidos pelo parceiro comercial, este cederá à AQIPA os direitos e ações que possua perante os seus clientes para a referida venda, incluindo todas as garantias e direitos acessórios, até à indemnização integral da AQIPA. O parceiro comercial poderá reivindicar os direitos cedidos, desde que não esteja em situação de incumprimento ou não tenha cumprido com a sua obrigação de pagamento.
- 8.8 O parceiro comercial compromete-se, em qualquer caso, a cooperar na obtenção de autorizações oficiais ou de outras formalidades, caso estas sejam necessárias.
- 8.9 No caso de entregas no estrangeiro, se for necessário tomar medidas no país importador para a efetivação da reserva de propriedade acima mencionada nesta secção ou dos outros direitos da AQIPA descritos na mesma, o parceiro comercial deverá informar a AQIPA e executar as referidas medidas por sua própria conta e risco. Caso a legislação do Estado importador não permita a reserva de propriedade, mas permita ao vendedor reservar outros direitos sobre o artigo entregue, a AQIPA poderá exercer todos os direitos dessa natureza. Se não for possível obter uma garantia equivalente, o parceiro comercial será obrigado a fornecer à AQIPA outras garantias sobre os bens entregues, a expensas suas.

ARTIGO 9.º
PROPRIEDADE INTELECTUAL, PROIBIÇÃO DE IMITAÇÃO

- 9.1 O parceiro comercial compromete-se a comercializar a mercadoria da AQIPA exclusivamente sob o nome e a marca indicados pela AQIPA.
- 9.2 O parceiro comercial compromete-se a não imitar (reproduzir) na totalidade ou em parte a mercadoria vendida pela AQIPA e/ou a não permitir o acesso de terceiros a imitações, sejam estas idênticas ou modificadas. Esta obrigação e a proibição de imitação são válidas independentemente de a AQIPA poder invocar os direitos de propriedade intelectual correspondentes.
- 9.3 Além disso, o parceiro comercial compromete-se a não fazer quaisquer alterações às mercadorias distribuídas pela AQIPA.

- 9.4 O parceiro comercial compromete-se a não reproduzir textos, esboços, designs, imagens, fotografias e outros conteúdos provenientes ou utilizados pela AQIPA e a não os disponibilizar a terceiros, salvo no caso de materiais claramente destinados pela AQIPA para distribuição geral (por exemplo, catálogo publicitário).

ARTIGO 10.º **JURISDIÇÃO E DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 10.1 Quaisquer alterações, aditamentos ou acordos conexos às presentes CGVE, assim como qualquer tipo de promessa têm de ser efetuados por escrito para serem efetivos. O mesmo se aplica à renúncia deste requisito formal.
- 10.2 Caso alguma disposição das presentes CGVE ou dos contratos que as complementam seja total ou parcialmente ineficaz, tal não afetará a eficácia das restantes disposições. Neste caso, em vez da disposição ineficaz, será adotada uma nova disposição cuja finalidade económica seja correspondente ou seja tão semelhante quanto possível à disposição ineficaz.
- 10.3 A AQIPA arquiva e utiliza o nome, o endereço (morada, endereço de e-mail, número de telefone e possível número de fax) do parceiro comercial e, em caso de débito direto, também os dados bancários. A transmissão dos dados pessoais do parceiro comercial será efetuada exclusivamente na medida do necessário ao cumprimento do presente contrato e no âmbito das disposições do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados ou de uma disposição que o substitua.
- 10.4 As presentes CGVE e os contratos que as complementam estão sujeitos à legislação espanhola, com exclusão da Convenção de Viena sobre os contratos de compra e venda internacional UNCITRAL (= „CVIM” / „CISG“ / "Convenção de Viena sobre os contratos de compra e venda internacional"), das regras de conflito de leis no direito internacional privado (IPRG) e do Regulamento “Roma I”.

10.5 Para todos os diferendos decorrentes da presente relação contratual serão objetivamente e territorialmente competentes os tribunais de Barcelona (Espanha) de acordo com a lei espanhola em matéria de jurisdição e competência judicial. A AQIPA reserva-se o direito de recorrer aos tribunais do local de residência do parceiro comercial.

A referida competência judicial não determina que o direito substantivo espanhol é aplicável contrariamente ao que é acordado nas presentes condições gerais de venda e entrega.

10.6 L'Hospitalet de Llobregat (Barcelona) será considerado como o lugar de execução e cumprimento das obrigações do presente contrato.

Reconheceu e concordou com as CGVE:

Wörgl, em

AQIPA GMBH

Local, Data

Parceiro comercial

A Gerência

A Gerência